

Gênero, trabalho e família na Região Metropolitana de Porto Alegre

Gabriele dos Anjos*

*Pesquisadora em Sociologia da FEE,
Doutoranda do Programa de Pós-
-Graduação em Sociologia da UFRGS.*

Resumo

O texto consiste em um estudo sobre as relações entre gênero, trabalho e família na Região Metropolitana de Porto Alegre. Dados oriundos da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) relativos à inserção no mercado de trabalho e à posição de homens e mulheres na família são cotejados a partir de questões de pesquisa pertinentes ao tema. A primeira delas diz respeito aos fatores sociais e familiares que estão na base da atividade ou da inatividade feminina. A segunda questão refere-se ao engajamento diferencial das mulheres na atividade produtiva, por conta de suas atribuições familiares. Os dados sugerem a consideração da dimensão familiar nas análises sobre a inserção e a participação das mulheres no mercado de trabalho.

Palavras-chave

Gênero; trabalho; família.

Abstract

This paper is a study about the relationship among gender, labor, and family in the Metropolitan Area of Porto Alegre. It compares data from the Employment and Unemployment Survey (PED — Pesquisa de Emprego e Desemprego) in order to analyze the insertion of men and women into the labor market and their

* A autora agradece a Míriam De Toni e a Jéferson Daniel de Matos pelas sugestões de uso dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego; a Irene Galeazzi e a Raul Bastos pela leitura crítica das primeiras versões deste texto.

position in the family. The first of the survey questions guiding this analysis deals with the social and family factors that underlie women's activity or inactivity. The second question refers to the differential involvement of women in productive activities due to their family attributions. The analyzed data suggest the family dimension matters to insertion and participation of women in the labor market.

Key words

Gender; labor; family.

Classificação JEL: J00, J12, J21, J22.

Artigo recebido em 27 nov. 2003.

Introdução

Este texto apresenta uma abordagem inicial das relações entre atividade econômica de mulheres e vida familiar. Desta faz parte uma análise de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) a partir de estudo preliminar da bibliografia disponível sobre o tema, da qual foram destacados alguns eixos de análise. A hipótese mais geral que orienta o estudo é de que, para entender o trabalho feminino, é necessário levar em conta a inserção familiar das mulheres. Isto porque as dimensões sociais da família¹ e do trabalho não são estanques e se influenciam mutuamente (Meron, 2003, p. 105).

¹ Embora os significados e as funções da noção de família sejam constituídos na prática social (Bourdieu, 1993, p. 33), o que está relacionado com a impossibilidade de definição do termo pela Sociologia e mesmo com a fragmentação de objetos na Sociologia da Família (Quénart; Hurtubise, 1998, p. 8), neste texto, ela está sendo entendida como noção constituinte de relações estruturadas e hierarquizadas e que tem como fundamento a aliança ou a consangüinidade. A família supõe um espaço doméstico a ser organizado e administrado, o que se dá de forma diferente conforme o meio social de que faz parte, e ocupa desigualmente seus membros.

A partir do pressuposto de que o gênero, ou a percepção social das diferenças entre os sexos (Scott, 1995, p. 86), está presente em toda a ordem social, seja nos indivíduos socialmente constituídos, seja nas instituições, considera-se que a divisão da atividade social é sexuada, quer dizer, há uma “(...) estrutura objetiva da divisão sexual das ‘tarefas’ ou dos encargos, que se estende a todos os domínios da prática” (Bourdieu, 1999, p. 61). É necessário, então, levar em conta, na caracterização das atividades sociais de homens e mulheres, que ambos não possuem as mesmas atribuições, nem os mesmos ciclos de vida e recursos: há uma especialização dos sexos nas atividades sociais, e, nela, a mulher está ligada à vida familiar (Bourdieu, 1999, p. 18 e passim; Mata-Greenwood, 1997, p. 10; Maruani, 2000, p. 46). A partir da definição socialmente constituída de que a atividade feminina por excelência é a atividade doméstica, há uma série de delimitações à sua atividade econômica (Mata-Greenwood, 1997, p. 10 e passim; Maruani, 2000, p. 47; Tilly; Scott, 2002, p. 17; DIEESE, 2001, p. 105). Pode-se perguntar mesmo se a noção de “trabalho” não tem como pressuposto a atividade masculina (Mata-Greenwood, 1997, p. 17-20), associada à atividade produtiva e excluindo o trabalho doméstico e de subsistência, atividades nas quais as mulheres se engajam em maior número que os homens (Bourdieu, 1999, p. 60; Scott, 1990, p. 5; DIEESE, 2001, p. 104). Nesse sentido, é pertinente apreender as diferenças da inserção das mulheres no trabalho produtivo não só em termos de tempo, já que homens e mulheres alocam diferentemente seu tempo em atividades produtivas e reprodutivas/ domésticas, mas também em termos de modalidades de articulação entre vida doméstica e trabalho para homens e mulheres (Meron, 2003, p. 109).

A partir da bibliografia sobre trabalho feminino, é possível dizer que a divisão sexual das tarefas se manteria apesar do crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, do aumento de sua escolarização e das conseqüentes chances de sucesso naquele mercado (Bourdieu, 1999, p. 107; Galeazzi, 2003, p. 10; DIEESE, 2001, p. 106; Lavinias, 1997, p. 44-55; Maruani, 2000, p. 27; Bruschini; Lombardi, 2002, p. 96). A continuidade das diferenças sociais entre homens e mulheres no mercado de trabalho seria evidenciada, em primeiro lugar, pelas altas taxas de desemprego feminino e pela alta participação das mulheres no contingente total de desempregados (Galeazzi, 2003, p. 10; Costa; Oliveira, 2003, p. 80), índices da dificuldade de inserção no mercado de trabalho por parte daquelas; e, em segundo lugar, pela intensificação da participação das mulheres em ocupações e setores já fortemente feminilizados (Bourdieu, 1999, p. 109; Galeazzi, 2003, p. 10; Costa; Oliveira, 2003, p. 80; DIEESE, 2001, p. 113; Lavinias, 1997, p. 43; Maruani, 2000, p. 11-12), pela manutenção das desigualdades salariais entre homens e mulheres ocupando os

mesmos postos de trabalho, independentemente da igualdade de carga horária e diploma (DIEESE, 2001, p. 120; Lavinás, 1997, p. 50). Além disso, as mulheres são mantidas em posições menos favorecidas ou consideradas inferiores nas profissões (Maruani, 2000, p. 41; Oliveira, 2003, p. 115; Bourdieu, 1999, p. 110).

Por um lado, a intensificação da participação das mulheres no mercado de trabalho leva alguns autores a considerarem ultrapassados os estudos que abordam as influências das estruturas familiares sobre o trabalho feminino: este estaria aumentando, logo, aquelas influências não explicariam mais as formas de inserção das mulheres no mercado de trabalho (Heilborn; Sorj, 1999, p. 208). Contribui para essa percepção a diminuição dos encargos domésticos, principalmente nas camadas mais favorecidas e nos países mais desenvolvidos, pelo uso das tecnologias disponíveis, com o uso das técnicas anticoncepcionais, a redução do número de filhos, o adiamento da idade procriativa e a abreviação da interrupção da atividade profissional pelo nascimento do primeiro filho (Bourdieu, 1999, p. 107; Maruani, 2000, p. 16; Bruschini; Lombardi, 2002, p. 95). Haveria, então, uma diminuição do envolvimento das mulheres na esfera doméstica e nas injunções do papel feminino na família.

Por outro lado, alguns trabalhos indicam a continuidade daquelas injunções e suas influências na inserção no mercado de trabalho. Sebastiani (2003, p. 103) identifica, por exemplo, que as mulheres que estavam em ocupações qualificadas de execução tinham jornada de trabalho menor que os homens nas mesmas ocupações, considerado pela autora como a forma que as mulheres encontravam para conciliarem atividades domésticas com profissionais. Oliveira (2003, p. 115 e 116), em seu estudo de caso sobre mulheres em posições de decisão, também considera as dificuldades das mulheres em conciliarem a “carreira e a família”, ao mesmo tempo que possuem um “perfil familiar” diferente do de seus colegas homens: maior número de solteiras ou não casadas, menos mulheres com filhos e com filhos pequenos que os gerentes homens. O trabalho de Galeazzi (2001, p. 62) sobre a chefia familiar de mulheres também mostra o peso das obrigações reprodutivas na empregabilidade feminina.

Deve-se observar que a questão sociológica das relações entre família e trabalho não está fundamentada nos graus da “influência” do papel da mulher na família e das obrigações domésticas no trabalho feminino, e nem a entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho indica seu término; as mulheres continuam alocando de forma diferente dos homens seu tempo entre trabalho e família. É necessário, assim, entender como se dão aquelas “influências” em um quadro de crescente entrada de mulheres no mercado de trabalho e de maiores possibilidades, quanto mais abastadas as condições de existência, de independência em relação aos papéis femininos e a incumbências domésticas.

A bibliografia sobre o assunto permite destacar alguns eixos de análise quanto às relações entre trabalho e família conforme o gênero. A primeira delas diz respeito aos fatores propriamente familiares que estão na base da atividade ou da inatividade feminina, como as características sociais das mulheres, que podem estar relacionadas ao seu engajamento no mercado de trabalho, e as influências da existência de filhos nesse engajamento. Uma outra questão é a do engajamento diferenciado das mulheres na atividade produtiva, por conta de suas atribuições domésticas e familiares. Um possível engajamento menos intenso e mais precário é tratado por alguns autores como relacionado àquelas atribuições. Nesse sentido, é possível que, para entender a inserção desigual e subordinada das mulheres no mercado de trabalho, seja preciso levar em conta sua posição na família.

Assim, as questões acima destacadas orientam a análise de dados estatísticos existentes para a Região Metropolitana de Porto Alegre, produzidos pela Pesquisa de Emprego e Desemprego². Tal pesquisa busca as características do emprego e do desemprego metropolitanos e da População em Idade Ativa (PIA) dessa região, conforme a inserção no mercado de trabalho. Esta pesquisa visa a um retrato da situação dos indivíduos que participam atualmente da atividade produtiva — situação ocupacional, tipo de inserção, jornada de trabalho, rendimentos de trabalho, dentre outros indicadores —, levantando, também, dados sobre a inserção familiar dos mesmos (Hoffmann; Costa; Sanches, 2002, p. 48-49), o que permite fazer alguns apontamentos quanto às relações entre gênero, trabalho e família na Região Metropolitana de Porto Alegre. Como se trata de uma exploração inicial, a análise leva em conta os dados relativos à posição na família³ para cada sexo, deixando de lado outras características sociais, como idade, renda e escolaridade. Isso se faz em um esforço de explicitação das diferenças entre homens e mulheres com relação à família e ao

² Executada a partir de um convênio entre a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social e o Sistema Nacional de Empregos-RS (FGTAS/SINE-RS), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (DIEESE) e com apoio da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA).

³ A PED permite classificar mulheres e homens segundo sua posição na família, como “chefe”, “cônjuge” ou “filho(a) em idade ativa”, sendo que a chefia é determinada pelos membros do domicílio. Também se classificam os indivíduos chefes e cônjuges segundo o fato de possuírem filhos ou não. É necessário ter em conta que a filiação se refere ao chefe do domicílio, ou seja, a cônjuge não necessariamente é mãe dos filhos do chefe; no entanto, considera-se que os “filhos” das “cônjuges” mantêm uma situação de dependência em relação a estas por residirem no domicílio. Além disso, a Pesquisa obtém informações relativas apenas aos filhos que residem no domicílio.

mercado de trabalho, sendo necessária uma análise daquelas características posteriormente. Da mesma forma, com relação ao mercado de trabalho, foram escolhidas variáveis que demonstrassem aquela diferença: situação no mercado de trabalho, situação na ocupação⁴ e jornada de trabalho. Assim, foram utilizadas tabulações especiais dos dados daquela pesquisa para 1993 e 2002, referentes à População em Idade Ativa feminina e masculina para cada ano, distribuídas conforme a tipologia utilizada.

Família, atividade e inatividade

Uma das questões abordadas pela literatura diz respeito aos fatores familiares que influenciam a atividade feminina, já que, para as mulheres, o engajamento no mercado de trabalho é historicamente recente e ainda não generalizado, o que permite que se estude a construção de sua legitimidade, ao lado da permanência de percepções tradicionais das atribuições femininas, as quais estão na base da inatividade.

Os dados da PED relativos à atividade e à inatividade de homens e mulheres indicam a permanência da divisão sexual do trabalho, com os homens mais engajados na atividade produtiva. Nota-se, em primeiro lugar, que, para os anos incluídos, o número total de mulheres fora do mercado de trabalho era maior que a População Economicamente Ativa (PEA) feminina, dada pela soma do número total de ocupadas e de desempregadas: 726 mil inativas, cerca de 55,4% da PIA feminina, contra 584 mil ativas, que correspondem a 44,6% da PIA feminina em 1993; e 809 mil inativas, 50,7% da PIA feminina, contra 787 mil ativas, 49,3% da PIA feminina em 2002. Nota-se que a diferença percentual entre ativas e inativas diminuiu (Tabelas 1 e 2). Enquanto isso, cerca de dois terços da População em Idade Ativa masculina estava ativa, o que contrasta com a distribuição da PIA feminina, da qual mais da metade era inativa. Em 1993, havia 844 mil

⁴ A “situação na ocupação” contempla, basicamente, situações de trabalho, aqui classificadas como “protegidas” e “precárias”. As “protegidas” são as situações mais regulamentadas, ou seja, o trabalho assalariado com carteira assinada no setor privado e assalariados do setor público. As “precárias” contemplam situações de assalariamento sem carteira assinada, empregados domésticos, trabalhadores com remuneração em espécie, trabalhadores sem remuneração e autônomos. A categoria “outros” contempla situações de atividade, cuja caracterização abrange outros atributos sociais, como empregadores, militares, dedicados a atividades assistenciais e/ou religiosas, profissionais universitários autônomos e donos de negócio familiar. Para a discussão sobre situação na ocupação e precariedade, que fundamenta as definições utilizadas, ver De Toni (2002).

homens ativos, 70,7% do total da PIA masculina, contra 350 mil inativos, 29,3% do total dessa população. Em 2002, havia 949 mil ativos, 66,7% do total da PIA masculina, contra 474 mil inativos, 33,3% do total (Tabelas 3 e 4).

Tabela 1

Estimativa da PIA feminina, segundo a inserção no mercado de trabalho e a tipologia, na RMPA — 1993 e 2002

(1 000 pessoas)

TIPOLOGIA	1993			
	Economicamente Ativas			Inativas
	Ocupadas	Desempregadas	Total	
Mulher-chefe com filhos	60	8	68	50
Mulher-chefe sem filhos	30	(1)-	30	43
Mulher-cônjuge com filhos	211	26	237	276
Mulher-cônjuge sem filhos	56	8	64	75
Filha em idade ativa	106	33	139	220
Outras	37	(1)-	37	62
TOTAL	500	84	584	726

TIPOLOGIA	2002			
	Economicamente Ativas			Inativas
	Ocupadas	Desempregadas	Total	
Mulher-chefe com filhos	95	16	111	77
Mulher-chefe sem filhos	51	(1)-	51	77
Mulher-cônjuge com filhos	256	45	301	246
Mulher-cônjuge sem filhos	77	12	89	95
Filha em idade ativa	134	52	186	243
Outras	33	(1)-	33	71
TOTAL	646	141	787	809

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não permite desagregação.

Tabela 2

Distribuição percentual da PIA feminina, segundo a inserção no mercado de trabalho e a tipologia, na RMPA — 1993 e 2002

TIPOLOGIA	1993		
	Economicamente Ativas		Inativas
	Ocupadas	Desempregadas	
Mulher-chefe com filhos	4,6	0,6	3,8
Mulher-chefe sem filhos	2,3	(1)-	3,3
Mulher-cônjuge com filhos	16,1	2,0	21,1
Mulher-cônjuge sem filhos	4,3	0,6	5,7
Filha em idade ativa	8,1	2,5	16,8
Outras	2,8	(1)-	4,7
Total	38,2	6,4	55,4

TIPOLOGIA	2002		
	Economicamente Ativas		Inativas
	Ocupadas	Desempregadas	
Mulher-chefe com filhos	6,0	1,0	4,8
Mulher-chefe sem filhos	3,2	(1)-	4,8
Mulher-cônjuge com filhos	16,0	2,8	15,4
Mulher-cônjuge sem filhos	4,8	0,8	6,0
Filha em idade ativa	8,4	3,3	15,2
Outras	2,1	(1)-	4,4
Total	40,5	8,8	50,7

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não permite desagregação.

Tabela 3

Estimativa da PIA masculina, segundo a inserção no mercado de trabalho e a tipologia, na RMPA — 1993 e 2002

(1 000 pessoas)

TIPOLOGIA	1993			
	Economicamente Ativos			Inativos
	Ocupados	Desempregados	Total	
Homem-chefe com filhos	433	29	462	64
Homem-chefe sem filhos	118	10	128	56
Homem-cônjuge com filhos	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Homem-cônjuge sem filhos	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Filho em idade ativa	160	42	202	205
Outros	35	7	42	23
TOTAL	754	90	844	350

TIPOLOGIA	2002			
	Economicamente Ativos			Inativos
	Ocupados	Desempregados	Total	
Homem-chefe com filhos	433	40	473	95
Homem-chefe sem filhos	159	18	177	89
Homem-cônjuge com filhos	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Homem-cônjuge sem filhos	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Filho em idade ativa	177	57	234	247
Outros	41	9	50	38
TOTAL	824	125	949	474

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.
(1) A amostra não permite desagregação.

Tabela 4

Distribuição percentual da PIA masculina, segundo a inserção no mercado de trabalho e a tipologia, na RMPA — 1993 e 2002

TIPOLOGIA	1993		
	Economicamente Ativos		Inativos
	Ocupados	Desempregados	
Homem-chefe com filhos	36,3	2,4	5,4
Homem-chefe sem filhos	9,9	0,8	4,7
Homem-cônjuge com filhos	(1)-	(1)-	(1)-
Homem-cônjuge sem filhos	(1)-	(1)-	(1)-
Filho em idade ativa	13,4	3,5	17,2
Outros	2,9	0,6	1,9
Total	63,2	7,5	29,3

TIPOLOGIA	2002		
	Economicamente Ativos		Inativos
	Ocupados	Desempregados	
Homem-chefe com filhos	30,4	2,8	6,7
Homem-chefe sem filhos	11,2	1,3	6,3
Homem-cônjuge com filhos	(1)-	(1)-	(1)-
Homem-cônjuge sem filhos	(1)-	(1)-	(1)-
Filho em idade ativa	12,4	4,0	17,4
Outros	2,9	0,6	2,7
Total	57,9	8,8	33,3

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.
 (1) A amostra não permite desagregação.

Um dos fatores que podem estar relacionados à inatividade é a posição de homens e mulheres na família. Se observadas as taxas de participação dos homens distribuídos segundo as categorias utilizadas⁵, vê-se que há diferenças entre os chefes de família com filhos — estes com forte engajamento no mercado de trabalho — e os filhos em idade ativa — os quais se distribuem de forma mais ou menos igual entre atividade e inatividade. Assim, a taxa de participação dos chefes de família com filhos era de 87,8% em 1993 e de 83,3% em 2002, enquanto a dos filhos em idade ativa era de 49,6% em 1993 e de 48,6% em 2002 (Tabela 5).

Tabela 5

Taxas de participação masculina no total da PIA, segundo a tipologia, na RMPA — 1993 e 2002

TIPOLOGIA	TAXAS DE PARTICIPAÇÃO (%)	
	1993	2002
Homem-chefe com filhos	87,8	83,3
Homem-chefe sem filhos	69,6	66,5
Homem-cônjuge com filhos	(1)-	(1)-
Homem-cônjuge sem filhos	(1)-	(1)-
Filho em idade ativa	49,6	48,6
Outros	64,6	56,8
Total	70,7	66,7

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não permite desagregação.

As taxas de participação feminina precisam ser avaliadas com certo cuidado. Isto porque apresentam uma tendência de alta — consideradas todas as categorias, a taxa de participação feminina era de 44,6% em 1993 e de 49,3% em 2002 (Tabela 6). No entanto, para certas categorias da tipologia, as taxas de participação evidenciam uma alta inatividade nos anos considerados.

⁵ A categoria “cônjuge” não é significativa na amostra da pesquisa para homens.

Assim, se comparadas as taxas de participação no mercado de trabalho entre determinadas categorias de mulheres, observa-se uma relação entre dependência do chefe de família e inatividade: as filhas em idade ativa e as cônjuges sem filhos apresentam menores proporções de ativas em relação à categoria chefe com filhos, que apresenta maior percentual de ativas. Da categoria mulher-chefe com filhos, 57,6% eram ativas em 1993 e 59% o eram em 2002. As cônjuges sem filhos, por sua vez, apresentam uma maioria de inativas, com 46% de ativas em 1993 e 48,4% em 2002. Havia 38,7% de filhas em idade ativa na força de trabalho em 1993 e 43,4% em 2002 (Tabela 6).

Tabela 6

Taxas de participação feminina no total da PIA, segundo a tipologia, na RMPA — 1993 e 2002

TIPOLOGIA	TAXAS DE PARTICIPAÇÃO	
	1993	2002
Mulher-chefe com filhos	57,6	59,0
Mulher-chefe sem filhos	41,1	39,8
Mulher-cônjuge com filhos	46,2	55,0
Mulher-cônjuge sem filhos	46,0	48,4
Filha em idade ativa	38,7	43,4
Outras	37,4	31,7
Total	44,6	49,3

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

As taxas de participação da categoria mulher-cônjuge com filhos podem apresentar uma inflexão na relação entre atividade feminina e família. Por um lado, há uma alta nessa taxa para a categoria: havia 46,2% de ativas em 1993 e 55% de ativas em 2002 — uma mudança que pode estar configurando uma tendência. Assim, pode-se dizer que as categorias de mulheres com filhos estão proporcionalmente mais presentes no mercado de trabalho que as de mulheres sem filhos. Isso tanto mais se forem chefes de família, ou não dependentes. Entretanto, se tomada a totalidade das cônjuges (com filhos e sem), que são quase a metade da PIA feminina, observa-se que estas têm ainda altos percentuais de inatividade. Essa divisão das cônjuges entre atividade e inatividade

leva a perguntar pelas condições familiares — em termos de atributos, encargos e também de papéis — que levam as casadas à atividade ou à inatividade.

A literatura disponível sobre o assunto apresenta alguns fatores que podem estar relacionados à atividade e à inatividade de mulheres casadas. Um deles seria a maior ou menor escolarização destas. O aumento da escolarização de mulheres, de forma geral, está ligado à intensificação da participação feminina no mercado de trabalho. Os dados da PED indicam a associação entre escolaridade superior e engajamento no mercado de trabalho para as mulheres em geral: em 1993, as mulheres com curso superior completo eram 11,5% das ocupadas e, em 2002, 14,7% (Mulher e Trabalho, 2003, p. 139). A literatura considera que as mulheres mais escolarizadas teriam as menores taxas de saída do mercado de trabalho (Lollivier, 2001, p. 132; Lollivier, 1988, p. 25), enquanto as pouco escolarizadas se consagrariam à vida familiar (Desplanques, 1993, p. 29). Por outro lado, Lollivier (2001, p. 136) considera que as mulheres com alta escolaridade só se casariam se já estivessem inclinadas à inatividade.

Observa-se também que os rendimentos do marido concorrem para a atividade ou para a inatividade feminina das cônjuges: segundo Desplanques (1993, p. 30), no casal, os rendimentos do homem continuam sendo os mais importantes⁶, e a mulher, mesmo possuindo uma alta escolarização, pode deixar de trabalhar em função dos altos rendimentos do marido (Lollivier, 1988, p. 26). No entanto, é a situação econômica estrutural do cônjuge que pesa na decisão da atividade da mulher, e não os seus ganhos considerados em um prazo curto (Lollivier, 2001, p. 136), o que leva a considerar a posição social do cônjuge como um fator explicativo da atividade ou da inatividade feminina.

Alguns estudos tratam da influência dos modelos familiares apreendidos na atividade feminina. Assim, Zarca (1990, p. 34), em seu estudo sobre a divisão do trabalho doméstico, observa que os homens compartilham mais as tarefas domésticas quando os pais dos dois cônjuges são assalariados e quando as mães dos dois cônjuges são ativas. Lollivier (1988, p. 26) também identifica a influência dos ascendentes dos pais na atividade feminina; considera, para isso, a categoria social do pai, a atividade da mãe e a atividade da sogra. Segundo ele, as filhas de mulheres inativas param de trabalhar em maior número que as que tiveram, em sua infância, a mãe ativa. As mulheres que tiveram sogras ativas não necessariamente trabalham no presente, mas estiveram inseridas mais freqüentemente no mercado de trabalho em períodos anteriores.

⁶ Galeazzi (2001, p. 64-65) observa que, na Região Metropolitana de Porto Alegre, entre 1993 e 2000, a renda das mulheres cônjuges representava cerca de um quinto da renda familiar.

Menahem (1988a, p. 45) observa que as mulheres que têm filhos e cujas mães trabalhavam na sua infância têm uma melhor escolaridade do que aquelas cujas mães eram donas-de-casa. Elas tiveram um desempenho escolar melhor e, freqüentemente, obtiveram um diploma superior ao dos seus pais. Também interromperam menos sua atividade no mercado de trabalho quando do nascimento de filhos e estão, freqüentemente, em ascensão social em relação ao seu pai. Como esse efeito é menor para os filhos homens, Menahem considera que haveria uma interiorização do modelo, por parte das filhas de mães ativas, de atividade feminina. Ao contrário, as filhas de mães donas-de-casa são mais freqüentemente atrasadas escolarmente e menos freqüentemente em ascensão social. Menahem (1988b) também discute a influência da família do cônjuge na atividade ou na inatividade de mulheres casadas e observa que a atividade da sogra pesa mais na atividade da mulher do que a atividade ou a inatividade da mãe. Isto porque

“(...) uma mulher mobilizada por aspirações profissionais terá mais tendência a se unir com um cônjuge aberto à concepção de uma mulher se realizando fora do lar, o que é mais freqüentemente o caso daqueles que receberam tal exemplo de suas mães. De outra parte, o homem buscará uma cônjuge que tenha opções mais próximas daquelas de sua mãe (tradução nossa)” (Menahem, 1988b, p. 52 e 54).

Além disso, é a partir do exemplo da família do homem que se estabelecerá o arranjo familiar em termos da atividade feminina e do número de filhos. Esses estudos apontam a identificação das relações entre recursos sociais de origem das mulheres e atividade e do papel da socialização na apreensão de papéis femininos e na reprodução dos mesmos, o que exige indicadores relativos à origem social de homens e mulheres que formam casais.

Uma outra questão que se coloca é a da relação entre existência de filhos e participação no mercado de trabalho. Alguns estudos investigam em que medida as tendências de aumento da atividade feminina estariam relacionadas a tendências nas taxas de fecundidade, o que diz respeito também aos estudos de demografia e aos estudos sociológicos que tratam das mudanças nos padrões familiares (Meron, 2003, p. 105). Assim, alguns trabalhos tratam das relações entre taxas de atividade feminina e taxas de fecundidade observadas ao longo do tempo. Blanchet e Pennec (1996, p. 95) e Véron (1988, p. 105) observam que, na França, há uma concomitância entre aumento de taxas de atividade e diminuição de taxas de fecundidade e, a partir de modelos matemáticos, tentam verificar se há uma interdependência entre as duas taxas. Embora demonstrem que não haveria interdependência, sugerem que isso não seria generalizável, sendo necessários estudos para cada situação específica (Blanchet; Pennec,

1996, p. 103). De uma forma ou de outra, haveria uma tendência mais geral de aumento da atividade independentemente das taxas de fecundidade (Véron, 1988, p. 119; Blanchet; Pennec, 1996, p. 103).

Os dados da PED, por sua vez, indicam que, dentre homens e mulheres economicamente ativos, as categorias com filhos compõem os maiores percentuais de ocupados nos anos incluídos: as mulheres-chefe com filhos eram 11,9% das ocupadas em 1993 e 14,8% em 2002; enquanto as cônjuges com filhos eram 42,2% das ocupadas em 1993 e 39,6% em 2002. Juntas, essas duas categorias eram 54,1% e 54,4% das ocupadas, respectivamente, para cada ano (Tabela 7). Dentre os homens ocupados, mais da metade era chefe de família com filhos: em 1993, os chefes com filhos eram 57,4% dos ocupados e, em 2002, 52,5% (Tabela 8).

Tabela 7

Distribuição percentual das mulheres, segundo a inserção no mercado de trabalho e a tipologia, na RMPA — 1993 e 2002

TIPOLOGIA	1993		
	Economicamente Ativas		Inativas
	Ocupadas	Desempregadas	
Mulher-chefe com filhos	11,9	9,3	6,9
Mulher-chefe sem filhos	6,0	(1)-	5,9
Mulher-cônjuge com filhos	42,2	31,2	38,1
Mulher-cônjuge sem filhos	11,2	9,4	10,3
Filha em idade ativa	21,3	39,5	30,3
Outras	7,4	(1)-	8,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0

TIPOLOGIA	2002		
	Economicamente Ativas		Inativas
	Ocupadas	Desempregadas	
Mulher-chefe com filhos	14,8	11,5	9,5
Mulher-chefe sem filhos	7,9	(1)-	9,5
Mulher-cônjuge com filhos	39,6	31,9	30,4
Mulher-cônjuge sem filhos	11,9	8,2	11,7
Filha em idade ativa	20,7	37,0	30,1
Outras	5,1	(1)-	8,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não permite desagregação.

Tabela 8

Distribuição percentual dos homens, segundo a inserção no mercado de trabalho e a tipologia, na RMPA — 1993 e 2002

TIPOLOGIA	1993		
	Economicamente Ativos		Inativos
	Ocupados	Desempregados	
Homem-chefe com filhos	57,4	32,3	18,3
Homem-chefe sem filhos	15,7	11,4	15,9
Homem-cônjuge com filhos	(1)-	(1)-	(1)-
Homem-cônjuge sem filhos	(1)-	(1)-	(1)-
Filho em idade ativa	21,2	47,1	58,6
Outros	4,6	8,0	6,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0

TIPOLOGIA	2002		
	Economicamente Ativos		Inativos
	Ocupados	Desempregados	
Homem-chefe com filhos	52,5	31,7	20,1
Homem-chefe sem filhos	19,3	14,0	18,7
Homem-cônjuge com filhos	(1)-	(1)-	(1)-
Homem-cônjuge sem filhos	(1)-	(1)-	(1)-
Filho em idade ativa	21,5	45,7	52,1
Outros	5,0	7,0	8,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não permite desagregação.

Os maiores percentuais na composição das ocupadas e o aumento das taxas de participação das mulheres com filhos no mercado de trabalho parecem estar relacionados a uma tendência mais geral, identificada por outros autores e que configura uma das principais mudanças com relação à participação da mulher no mercado de trabalho: o casamento e o nascimento de filhos não condicionaria mais a participação das mulheres naquele (Maruani, 2000, p. 15; DIEESE, 2001, p. 108). Na Europa, as taxas de atividade masculinas e femininas entre 25 e 49 anos — idade reprodutiva — tendem, atualmente, a se confundir (Maruani, 2000, p. 25). No Brasil, é entre 25 e 39

anos de idade que as mulheres se encontram em maior proporção no mercado de trabalho (DIEESE, 2001, p. 108). Na Região Metropolitana de Porto Alegre, as maiores taxas de participação deslocaram-se da faixa dos 18 aos 24 anos em 1993 para a faixa dos 30 aos 34 anos entre 1993 e 2002, o que aproxima a participação feminina da masculina (Galeazzi, 2003, p. 11 e 13).

No entanto, é possível que essa presença contínua no mercado de trabalho, independentemente do ciclo reprodutivo, tenha que ser olhada com mais cuidado. Em primeiro lugar, porque podem haver interrupções momentâneas da atividade produtiva, em função dos filhos, não captadas pelas pesquisas estatísticas. Pesquisas longitudinais indicam que haveria uma maior saída do mercado de trabalho entre 25 e 35 anos de idade por parte das mulheres, o que corresponderia à fase de nascimento e crescimento dos filhos. Essa saída diminuiria nas faixas seguintes, o que permite dizer que aumentam as chances de saída de mulheres do mercado de trabalho conforme a menor idade do último filho (Lollivier, 2001, p. 132). Além disso, é preciso levar em conta, na análise das taxas de atividade feminina de mães, o número de filhos, já que as mulheres são tão mais inativas quanto maior é o número de filhos que criam (Desplanques, 1993, p. 25; Lollivier, 2001, p. 130; 1988, p. 28). Maruani (2000, p. 16) identifica, para a União Européia, que, apesar de as taxas de atividade de mães com um ou dois filhos quase se confundirem com as das mulheres sem filhos, a partir do terceiro filho há uma queda das taxas de participação das mulheres na atividade. Assim, na análise da relação entre ciclo reprodutivo feminino e atividade produtiva, teriam que ser considerados o número de filhos, a idade dos mesmos e as possíveis paradas e retomadas da atividade produtiva das mães.

Família e participação no mercado de trabalho

Na medida em que a divisão sexual das tarefas na organização familiar tem como fundamento a ligação da mulher à casa (Mata-Greenwood, 1997, p. 10), o estudo da atividade econômica feminina tem que tomar como “variável explicativa” as modalidades de interferência da atividade doméstica na atividade produtiva feminina. Assim, coloca-se a questão das relações entre a estrutura familiar, entendida como “unidade de produção de bens e serviços domésticos” (Glaude; Singly, 1986, p. 10), e a atividade econômica das mulheres.

Uma das dimensões daquela interferência diz respeito aos diferenciais de emprego de tempo em atividades reprodutivas/domésticas ou produtivas conforme o gênero. Haveria uma relativa imutabilidade da divisão da atividade doméstica, apesar da atividade produtiva das mulheres (Zarca, 1990, p. 31; Glaude; Singly, 1986, p. 9), o que não excluiria a possibilidade de a atividade produtiva se tornar, para as mulheres, uma fonte de recursos a serem utilizados nas negociações relativas à atividade doméstica (Glaude; Singly, 1986, p. 18).

Além disso, outras variáveis, como o número de filhos, contribuem para a produção desse diferencial. Roy (1982, p. 60), em uma análise sobre o emprego de homens e mulheres, verifica que, enquanto para os homens um maior número de filhos implica um maior investimento na atividade profissional, para as mulheres que trabalham, na medida em que aumenta o número de filhos, aumenta o tempo com as atividades domésticas em detrimento do tempo dedicado à atividade profissional e aos cuidados pessoais. Tais estudos apontam a consideração das modalidades do uso do tempo nas atividades sociais como uma das variáveis explicativas dos tipos de inserção feminina no mercado de trabalho.

A esse respeito, os dados da PED indicam que o engajamento feminino e o masculino no mercado de trabalho são diferenciados em termos de intensidade, o que apontaria a permanência da complementaridade de papéis masculinos e femininos na família. Tais indicações são fornecidas pelos dados relativos à jornada de trabalho, considerada como um indicador do emprego de tempo na atividade econômica de homens e mulheres e, assim, da maior ou menor disponibilidade ou dedicação a outras dimensões da vida social e, o caso que interessa aqui, à família e à unidade doméstica.

Ao se tomarem as categorias de homens e distribuí-las por faixas de jornada de trabalho, observa-se que, em todas as categorias da tipologia, entre os homens ocupados, em torno da metade trabalha mais de 40 horas semanais: em 1993, 58,4% dos homens-chefe com filhos trabalhavam mais de 40 horas semanais, e, em 2002, 64,2%. Os homens-chefe sem filhos apresentaram um percentual menor, em relação aos chefes com filhos, daqueles que trabalham mais de 40 horas, o que pode indicar uma maior dedicação ao trabalho produtivo dos homens com filhos: assim, 52,2% dos homens-chefe sem filhos trabalhavam mais de 40 horas semanais em 1993, e, em 2002, esse percentual era de 57,1%. Por fim, 48% dos filhos em idade ativa trabalhavam mais de 40 horas em 1993, e, em 2002, 53% (Tabela 9).

Já as mulheres ocupadas eram pouco mais de um terço na faixa superior a 40 horas semanais, em todas as categorias da tipologia: em 1993, havia 41,3% de mulheres-chefe com filhos com jornada superior a 40 horas semanais e, em

2002, 41,5%. A categoria das mulheres-chefe sem filhos tinha 37,4% de mulheres nessa faixa em 1993 e, em 2002, 39,5%. A categoria das mulheres-cônjuge com filhos possuía 36,9% de mulheres com jornada de trabalho com mais de 40 horas semanais em 1993 e, em 2002, 42,3%. Havia 38,9% de cônjuges sem filhos nessa faixa em 1993 e 44,6% em 2002. Por fim, havia 42% de filhas em idade ativa nessa faixa em 1993 e 41,6% em 2002 (Tabela 10).

Tabela 9

Distribuição percentual dos homens ocupados, por faixa de jornada de trabalho e tipologia, na RMPA — 1993 e 2002

TIPOLOGIA	FAIXA DE JORNADA DE TRABALHO			
	1993			
	1 (1)	2 (2)	3 (3)	4 (4)
Homem-chefe com filhos	5,3	4,7	31,6	58,4
Homem-chefe sem filhos	7,3	6,8	33,7	52,2
Homem-cônjuge com filhos	(5)-	(5)-	(5)-	(5)-
Homem-cônjuge sem filhos	(5)-	(5)-	(5)-	(5)-
Filho em idade ativa	9,7	8,6	33,7	48,0

TIPOLOGIA	FAIXA DE JORNADA DE TRABALHO			
	2002			
	1 (1)	2 (2)	3 (3)	4 (4)
Homem-chefe com filhos	7,0	5,0	23,8	64,2
Homem-chefe sem filhos	9,7	7,2	26,0	57,1
Homem-cônjuge com filhos	(5)-	(5)-	(5)-	(5)-
Homem-cônjuge sem filhos	(5)-	(5)-	(5)-	(5)-
Filho em idade ativa	9,9	9,5	27,6	53,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.
 (1) Jornada de trabalho de até 20 horas semanais. (2) Jornada de trabalho de mais de 20 a 30 horas semanais. (3) Jornada de trabalho de mais de 30 a 40 horas semanais. (4) Jornada de trabalho de mais de 40 horas semanais. (5) A amostra não permite desagregação.

Tabela 10

Distribuição percentual das mulheres ocupadas, por faixa de jornada de trabalho e tipologia, na RMPA — 1993 e 2002

TIPOLOGIA	FAIXAS DE JORNADA DE TRABALHO			
	1993			
	1 (1)	2 (2)	3 (3)	4 (4)
Mulher-chefe com filhos	13,3	12,0	33,4	41,3
Mulher-chefe sem filhos	16,0	11,9	34,7	37,4
Mulher-cônjuge com filhos	18,7	11,8	32,6	36,9
Mulher-cônjuge sem filhos	13,6	10,4	37,0	38,9
Filha em idade ativa	13,6	10,9	33,5	42,0

TIPOLOGIA	FAIXAS DE JORNADA DE TRABALHO			
	2002			
	1 (1)	2 (2)	3 (3)	4 (4)
Mulher-chefe com filhos	17,3	12,8	28,4	41,5
Mulher-chefe sem filhos	16,0	12,3	32,2	39,5
Mulher-cônjuge com filhos	17,9	11,6	28,2	42,3
Mulher-cônjuge sem filhos	15,1	10,0	30,3	44,6
Filha em idade ativa	14,6	14,3	29,5	41,6

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.
 (1) Jornada de trabalho de até 20 horas semanais. (2) Jornada de trabalho de mais de 20 a 30 horas semanais. (3) Jornada de trabalho de mais de 30 a 40 horas semanais. (4) Jornada de trabalho de mais de 40 horas semanais.

Nas faixas de até 20 horas semanais e de mais de 20 a 30 horas, os homens quase não chegaram a ter um décimo dos indivíduos em cada uma delas. Assim, havia 5,3% dos homens-chefe com filhos trabalhando até 20 horas em 1993 e, em 2002, 7%. Da mesma forma, em 1993, havia 4,7% dos homens-chefe com filhos trabalhando de mais de 20 a 30 horas semanais e, em 2002, 5%. Os homens-chefe com filhos estão em percentuais menores nessas faixas que os outros homens da tipologia, enquanto os homens-chefe sem filhos são um pouco mais numerosos nessas faixas que os com filhos: havia 7,3% de homens dessa categoria trabalhando até 20 horas semanais em 1993 e 9,7% em 2002. Havia também 6,8% desses homens trabalhando mais de 20 a 30 horas semanais em 1993 e 7,2% em 2002. Os filhos em idade ativa tinham o maior percentual nessas faixas: havia 9,7% destes na faixa de até 20 horas

semanais em 1993 e 9,9% em 2002. Na faixa de mais de 20 a 30 horas semanais, havia 8,6% dos filhos em idade ativa em 1993 e 9,5% em 2002. Ou seja, se os homens estavam em reduzidos percentuais nessas faixas, eram os que tinham filhos que estavam em menor número (Tabela 9).

As mulheres, ao contrário, tinham maiores percentuais nessas faixas, nos anos examinados. Em primeiro lugar, nota-se que havia mais mulheres na faixa de jornada de até 20 horas semanais que na faixa seguinte: entre as mulheres-chefe com filhos, havia 13,3% que estavam na faixa de até 20 horas semanais em 1993 e 17,3% em 2002. Na faixa de mais de 20 a 30 horas semanais, havia 12% das mulheres dessa categoria em 1993 e 12,8% em 2002. Entre as mulheres-chefe sem filhos, havia 16% na faixa de até 20 horas semanais tanto em 1993 como em 2002. Na faixa de mais de 20 a 30 horas semanais, havia 11,9% de mulheres dessa categoria em 1993 e 12,3% em 2002. Em 1993, havia 18,7% das cônjuges com filhos nessa faixa e 17,9% em 2002. Na faixa de mais de 20 a 30 horas semanais, havia, em 1993, 11,8% das mulheres dessa categoria e, em 2002, 11,6%. A categoria das mulheres-cônjuge sem filhos possuía 13,6% de mulheres na faixa de até 20 horas semanais em 1993 e, em 2002, 15,1%. Na faixa de mais de 20 a 30 horas semanais, havia 10,4% das mulheres da categoria em 1993 e 10% em 2002. Finalmente, a categoria das filhas em idade ativa apresentava percentuais bastante parecidos aos das cônjuges sem filhos: em 1993, havia 13,6% delas na faixa de jornada de até 20 horas semanais e, em 2002, 14,6%. Essa categoria possuía 10,9% de mulheres na faixa de mais de 20 a 30 horas semanais em 1993 e 14,3% em 2002 (Tabela 10). Note-se que, ao contrário dos homens-chefe com filhos, as mulheres-cônjuge com filhos tinham uma certa concentração na faixa de até 20 horas semanais. O maior engajamento de homens no mercado de trabalho (o que está indicado pela maior concentração na faixa de mais de 40 horas semanais) relativamente às mulheres, principalmente para os homens-chefe com filhos, e o menor engajamento de grande parte das cônjuges com filhos (indicado pela maior concentração na faixa de até 20 horas semanais) apontam uma complementaridade de papéis na família e sugerem, para essas cônjuges, a existência de formas de conciliação da participação na atividade produtiva com outras atividades sociais.

Outra questão que se coloca é como os “arranjos” entre atividades domésticas e atividades produtivas, ou seja, o trabalho em tempo parcial, os trabalhos irregulares como as faxinas, o trabalho a domicílio, os contratos por tempo determinado, podem estar relacionados a formas precárias de trabalho. Tais arranjos podem mesmo configurar situações de trabalho, que, por seu

distanciamento às definições de trabalho utilizadas, podem não aparecer como tais nos levantamentos estatísticos (Mata-Greenwood, 1997, p. 21).

Toma-se como exemplo o trabalho em tempo parcial — que parece ocupar uma boa parte das mulheres de todas as categorias descritas a partir da PED, como já foi visto. A princípio, ele seria uma forma de conciliar encargos familiares e profissão, principalmente para mulheres com muitos filhos e para mulheres casadas em comparação às mulheres sozinhas (Desplanques, 1993, p. 31). Ou seja, a “escolha” feminina de trabalhar menos horas significaria um constrangimento da esfera doméstica e corresponderia a uma divisão de tarefas tradicional nessa esfera (Maruani, 2000, p. 91). Enquanto para os homens seria uma forma marginal de contratação, dizendo respeito a estudantes e a idosos, para as mulheres o trabalho em tempo parcial estaria assentado na crença social da opção da mulher em trabalhar menos horas, a fim de dispor de tempo também para as atribuições domésticas e para o cuidado dos filhos (Maruani, 2000, p. 90).

Por outro lado, ele seria uma forma de trabalho precário, na medida em que pode ser uma opção para as mulheres que querem um emprego de tempo integral, mas que se contentam momentaneamente com o trabalho em tempo parcial para não ficarem desempregadas (Maruani, 2000, p. 93). Nesse sentido, é necessário examinar se o trabalho em tempo parcial é independente, ou não, das taxas de desemprego (Maruani, 2000, p. 84).

Além disso, é difícil apreender se o trabalho em tempo parcial é uma escolha ou uma forma de estruturar o trabalho pelo empregador (Maruani, 2000, p. 83 e passim). Uma variável importante a ser considerada para isso é a profissão da mulher (Desplanques, 1993, p. 31; Maruani, 2000, p. 90). O trabalho em tempo parcial estaria concentrado em empregos nos serviços muito feminilizados (serviços de limpeza, comércio) e, nestes, poderia estar articulado a formas de gestão do tempo parcial que desestruturam a vida familiar (horários dispersos na jornada, à noite ou aos finais de semana, imperativo de jornadas variáveis em curtos períodos de tempo) e que remetem a relações de trabalho precárias (Maruani, 2000, p. 102). Ou seja, é possível que a escolha por uma jornada de trabalho menor em função das obrigações familiares diga respeito a apenas uma pequena parte das mulheres, as melhor situadas no mercado de trabalho (Desplanques, 1993, p. 32), o que leva ao estudo das condições socioeconômicas das mulheres que trabalham em tempo parcial e o que ele pode significar para mulheres de diferentes classes sociais.

De forma mais geral, a questão das relações entre família e inserção precária de mulheres no mercado de trabalho precisa ser olhada com bastante atenção.

Os dados da PED relativos à situação na ocupação⁷ mostram que, embora mais da metade das mulheres ocupadas tenha inserção protegida e haja uma queda geral dos percentuais desse tipo de inserção, há diferenças entre as mulheres, que parecem estar relacionadas à existência, ou não, de filhos. Isso remete novamente aos encargos familiares femininos como associados a limitações ao engajamento no mercado de trabalho. Assim, 55,6% das mulheres-chefe com filhos estavam inseridas de forma protegida em 1993. Esse percentual caiu para 49,2% em 2002. Havia também 52,4% de mulheres-cônjuge com filhos inseridas de forma protegida em 1993 e 49,4% em 2002. Já as mulheres sem filhos apresentaram maiores percentuais de inserção protegida. Havia 62,4% de mulheres-chefe sem filhos inseridas de forma protegida em 1993 e 58% em 2002. Havia também 63,7% de cônjuges sem filhos inseridas de forma protegida em 1993 e 59,1% em 2002. As mulheres da tipologia que estão inseridas em maior número de forma protegida eram as filhas em idade ativa, com 70,1% inseridas dessa forma em 1993 e 64,3% em 2002 (Tabela 11).

Tudo parece indicar que a maior presença de mulheres com filhos entre as ocupadas não implica a inserção em modalidades de emprego mais protegidas. Ao contrário, as que estavam relativamente em menor proporção entre as ocupadas, as chefes sem filhos e as cônjuges sem filhos, parecem possuir maiores chances de melhores situações de emprego. As filhas em idade ativa constituem uma exceção; estas, sem filhos e em proporção maior entre as ocupadas, são as que tinham as maiores proporções de inserção protegida. Esses percentuais maiores de emprego protegido entre mulheres “dependentes” (do chefe, seja ele o marido ou os pais) apontam uma relação entre não-chefia (o que pode significar ausência de encargos e também maiores recursos familiares) e maiores possibilidades de encontrar empregos protegidos.

As diferenças de gênero são bastante evidentes quando se distribuem homens ocupados segundo a mesma tipologia e conforme a situação na ocupação (Tabela 12). Nota-se, em primeiro lugar, a queda do percentual masculino em inserção protegida e o aumento daqueles em inserção precária no período entre 1993 e 2002, principalmente entre os homens-chefe. Em 1993, havia 62,3% de chefes com filhos inseridos de forma protegida; em 2002, havia 55,9% dos mesmos naquela situação. Da mesma forma, havia 62,7% dos homens-chefe sem filhos inseridos de forma protegida em 1993, e, em 2002, esse percentual caiu para 53,7%. Os filhos em idade ativa são os que mais se mantêm nesse tipo de situação na ocupação: 62,7% dos filhos em idade ativa

⁷ Conforme nota de rodapé 4.

estavam em uma situação protegida em 1993, e, em 2002, esse percentual caiu para 60,6%.

Tabela 11

Distribuição percentual das mulheres ocupadas, por situação na ocupação e tipologia, na RMPA — 1993 e 2002

TIPOLOGIA	SITUAÇÃO NA OCUPAÇÃO		
	1993		
	Protegida (1)	Precária (2)	Outros (3)
Mulher-chefe com filhos	55,6	39,2	(4)-
Mulher-chefe sem filhos	62,4	32,3	(4)-
Mulher-cônjuge com filhos	52,4	35,8	11,8
Mulher-cônjuge sem filhos	63,7	27,5	8,8
Filha em idade ativa	70,1	24,9	5,0
TIPOLOGIA	SITUAÇÃO NA OCUPAÇÃO		
	2002		
	Protegida (1)	Precária (2)	Outros (3)
Mulher-chefe com filhos	49,2	44,6	6,2
Mulher-chefe sem filhos	58,0	33,3	8,7
Mulher-cônjuge com filhos	49,4	39,1	11,5
Mulher-cônjuge sem filhos	59,1	31,5	9,4
Filha em idade ativa	64,3	30,5	5,2

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) Ocupações com carteira assinada no setor privado, assalariados do setor público. (2) Assalariados do setor privado sem carteira assinada, empregados domésticos, com remuneração em espécie, sem remuneração, autônomos. (3) Empregadores, em serviços militares, assistencial ou religioso, profissional universitário autônomo, dono de negócio familiar. (4) A amostra não permite desagregação.

Tabela 12

Distribuição percentual dos homens ocupados, por situação na ocupação e tipologia, na RMPA — 1993 e 2002

TIPOLOGIA	SITUAÇÃO NA OCUPAÇÃO		
	1993		
	Protegida (1)	Precária (2)	Outros (3)
Homem-chefe com filhos	62,3	26,1	11,6
Homem-chefe sem filhos	62,7	26,9	10,4
Homem-cônjuge com filhos	(4)-	(4)-	(4)-
Homem-cônjuge sem filhos	(4)-	(4)-	(4)-
Filho em idade ativa	62,7	29,2	8,1

TIPOLOGIA	SITUAÇÃO NA OCUPAÇÃO		
	2002		
	Protegida (1)	Precária (2)	Outros (3)
Homem-chefe com filhos	55,9	31,6	12,5
Homem-chefe sem filhos	53,7	34,2	12,1
Homem-cônjuge com filhos	51,7	(4)-	(4)-
Homem-cônjuge sem filhos	(4)-	(4)-	(4)-
Filho em idade ativa	60,6	33,1	6,3

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.
 (1) Ocupações com carteira assinada no setor privado, assalariados do setor público. (2) Assalariados do setor privado sem carteira assinada, empregados domésticos, com remuneração em espécie, sem remuneração, autônomos. (3) Empregadores, em serviços militares, assistencial ou religioso, profissional universitário autônomo, dono de negócio familiar. (4) A amostra não permite desagregação.

Todavia os homens-chefe estão inseridos de forma protegida em maiores percentuais relativamente às mulheres-chefe — o que aponta a situação pouco favorável das mulheres-chefe de família discutida por diferentes autores (ver, por exemplo, Galeazzi, 2001; Macêdo, 2001). As cônjuges com filhos, categoria “complementar” à do homem-chefe, estão, relativamente aos homens-chefe, inseridas de forma precária em percentuais maiores. Já as categorias “chefe” da tipologia sem filhos, homens e mulheres, mantêm uma certa igualdade na distribuição segundo a situação na ocupação. Os homens-chefe sem filhos e os filhos em idade ativa chegam, em 2002, com percentuais menores ou muito parecidos de indivíduos com inserção protegida relativamente às mulheres sem filhos (chefes sem filhos e filhas em idade ativa, classificadas segundo a mesma tipologia). Há, então, uma inserção mais favorável dos homens-

-chefe com filhos em relação às mulheres com filhos, sejam elas chefe, ou não, e uma relativa igualdade quanto à situação na ocupação entre homens e mulheres sem filhos.

Considerações finais

É possível que, para entender a entrada no mercado de trabalho de mulheres e de homens, tenha que se levar em conta não só sua posição na família, mas esta como centro de estratégias de ação. No entanto, diferentemente dos homens, o engajamento feminino no mercado de trabalho cria novas relações e novas atribuições para as mulheres na família, as quais importa conhecer, pois podem ser um dos fundamentos de sua participação ainda subordinada no mercado de trabalho.

A massiva participação de homens-chefe com filhos no mercado de trabalho, a maior participação das mulheres-chefe com filhos relativamente às outras categorias e o recente aumento da taxa de participação das cônjuges com filhos sugerem que o engajamento de homens e de mulheres no mercado de trabalho também diz respeito às suas posições na família, o que deve ser considerado nas análises sobre engajamento feminino no mercado de trabalho. Além disso, a posição familiar também parece ter a ver com a inserção diferenciada de homens e de mulheres no mercado de trabalho, como indicam os maiores percentuais de homens com filhos em inserção protegida relativamente às mulheres com filhos, a concentração dos homens nas faixas de jornada de trabalho maiores e um grande percentual de mulheres, em todas as categorias consideradas, nas menores faixas de jornada de trabalho.

A análise de dados já constituídos e da bibliografia pertinente exige uma delimitação de objeto empírico e configura um horizonte de pesquisa. Neste, há uma série de objetos de análise: em primeiro lugar, o estudo do estatuto familiar dos indivíduos e como este está na base das estratégias familiares com relação ao mercado de trabalho; em segundo lugar, as representações sobre o gênero, que estão na base das escolhas dos diferentes agentes sociais, em especial os empregadores, com relação ao trabalho masculino e ao feminino; em terceiro lugar, como políticas públicas, que, ao implementarem auxílios e aparelhos que visam atingir as famílias, favorecem, ou não, o trabalho feminino. Por fim, a ação política de grupos que visam à melhoria das condições do trabalho de mulheres. Do ponto de vista sociológico, esse programa de pesquisa implica deixar de lado as concepções de análise que isolam a dimensão familiar do trabalho e sugerem o uso de indicadores que permitam perceber suas imbricações.

Referências

- BLANCHET, Didier; PENNEC, Sophie. Hausse de l'activité féminine: quels liens avec l'évolution de la fécondité? **Économie et Statistique**. Paris: INSEE, n. 300, p. 95-104, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. À propos de la famille comme catégorie réalisée. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. Paris, FR, Maison des Sciences de l'Homme, n. 100, p. 32-36, déc. 1993.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalhadoras brasileiras nos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas. **Mulher e Trabalho**. Porto Alegre: FEE; FGTAS/SINE-RS; DIEESE; SEADE-SP; FAT, v. 2, p. 95-105, 2002.
- COSTA, P.; OLIVEIRA, S. A inserção da mulher nos setores de atividade econômica dos mercados de trabalho metropolitanos: reafirmando as desigualdades. **Mulher e Trabalho**. Porto Alegre: FEE; FGTAS/SINE-RS; DIEESE; SEADE-SP; FAT/TEM, v. 3, p. 79-93, 2003.
- DE TONI, Miriam. Trabalho e precarização: um estudo do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos 90. In: WILTGEN, Roberto da Silva; GARCIA, Lúcia dos Santos (Coord). **Transformações do mercado de trabalho metropolitano: os 10 anos da PED-RMPA**. Porto Alegre: FEE; FGTAS/SINE-RS; DIEESE; SEADE-SP; FAT, 2002. p. 67-96.
- DESPLANQUES, Guy. Activité féminine et vie familiale. **Économie et Statistique**. Paris, INSEE, n. 261, p. 23-32, 1993.
- DIEESE. As mulheres no mercado de trabalho. In: DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001. p. 103-126.
- GALEAZZI, Irene. Mulheres trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero. **Mulher e Trabalho**. Porto Alegre: FEE; FGTAS/SINE-RS; DIEESE; SEADE-SP; FAT, v. 1, p. 61-68, 2001.
- GALEAZZI, Irene et al. Mulheres trabalhadoras: 10 anos de mudanças no mercado de trabalho atenuam desigualdades. **Mulher e Trabalho**. Porto Alegre: FEE; FGTAS/SINE-RS; DIEESE; SEADE-SP; FAT, v. 3, p. 9-35, 2003.

GLAUDE, Michel; SINGLY, François de. L'organisation domestique: pouvoir et négociation. **Économie et Statistique**. Paris, INSEE, n. 187, p. 03-30, 1986.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré, ANPOCS; Brasília, DF: Capes, 1999. v. 2 p. 183-221.

HOFFMANN, Marise B. P.; COSTA, Patrícia L.; SANCHES, Solange. O sistema PED: Pesquisa de Emprego e Desemprego em seis regiões metropolitanas. In: WILTGEN, Roberto da Silva; GARCIA, Lúcia dos Santos (Coord.). **Transformações do mercado de trabalho metropolitano: os 10 anos da PED-RMPA**. Porto Alegre: FEE; FGTAS/SINE-RS; DIEESE; SEADE-SP; FAT, 2002. p. 47-65

LAVINAS, Lena. Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete. **Dados**: Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, IUPERJ, v. 40, n. 1, p. 41-67, 1997.

LOLLIVIER, Stéfan (1988). Activité et arrêt d'activité féminine: Le diplôme et la famille. **Économie et Statistique**. Paris: INSEE, n. 12, p. 25-29.

LOLLIVIER, Stéfan (2001). Les choix d'activité des femmes en couple: une approche longitudinale. **Économie et Statistique**. Paris: INSEE, n. 349-350, p. 125-140.

MACÊDO, Márcia dos Santos. Tecendo o fio e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador. In: BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Céli (Org.). **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: FCC, Ed. 34, 2001. p. 53-83.

MARUANI, Margaret. **Travail et emploi des femmes**. Paris: La Découverte, 2000. (Col. Repères).

MATA-GREENWOOD, Adriana. **Incorporating gender issues in labour statistics**. Geneve: ILO, 1997. (Working paper). Disponível em: <http://www.ilo.org/public/english/bureau/stat/download/genderwp.pdf> Acesso em: 12 mar. 2003.

MULHER E TRABALHO. Porto Alegre: FEE; FGTAS/SINE-RS; DIEESE; SEADE; PMPA; FAT/TEM, 2003. v. 3.

MENACHEM, George. L'activité professionnelle des mères a augmenté les chances de réussite de leurs enfants. **Économie et Statistique**. Paris: INSEE, n. 211, p. 45-48, 1988a.

MENACHEM, George. Activité féminine ou inactivité: la marque de la famille du conjoint. **Économie et Statistique**. Paris: INSEE, n. 211, p. 49-55, 1988b.

MERON, Monique. **L'apport des données longitudinales à l'étude des liens entre marché du travail et vie familiale**. In: Journées d'études Cérq, 10, 2003. Lamas: IdL, p. 105-120. Disponível em: <http://www.revues.org/calenda/nouvelle3031.html> Acesso em 06 jul. 2003.

OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de. Trabalho e gênero: a construção da diferença. **Mulher e Trabalho**. Porto Alegre: FEE; FGTAS/SINE-RS; DIEESE; SEADE; PMPA; FAT/TEM, v. 3, p. 111-117, 2003.

QUÉNIART, Anne; HURTUBISE, Roch (1998). Nouvelles familles, nouveaux défis pour la sociologie de la famille. **Sociologie et Sociétés**, Montreal, Canada, CA: Université De Montreal, v. 30, n. 1, printemps. Disponível em: <http://www.erudit.org/revue/socsoc/> Acesso em 10 jul. 2003.

ROY, Caroline. L'emploi du temps des mères et pères de famille nombreuse. **Économie et Statistique**. Paris, INSEE, n. 141, p. 59-68, 1982.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre: UFRGS/Faculdade de Educação, v. 20, n. 2, p. 75-99, 1995.

SCOTT, Joan W. L'ouvrière, mot impie, sordide...": le discours de l'économie politique française sur les ouvrières. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. Paris: Seuil, n. 183, p. 2-15, 1990.

SEBASTIANI, Raquel Vieira. Gênero e desigualdade salarial. **Mulher e Trabalho**. Porto Alegre: FEE; FGTAS/SINE-RS; DIEESE; SEADE; PMPA; FAT/TEM, v. 3, p. 95-109, 2003.

TILLY, Louise A.; SCOTT, Joan W. **Les femmes, le travail et la famille**. Paris: Payot, 2002.

VÉRON, Jacques. Activité féminine et structures familiales: quelle dépendance? **Population**. Paris: INED, v. 1, p. 103-120, 1988.

ZARCA, Bernard. La division du travail domestique: poids du passé et tensions au sein du couple. **Économie et Statistique**. Paris: INSEE, n. 228, p. 29-40, 1990.